

## Revisitando Nossos Clássicos

# “Ecologia e pensamento revolucionário”

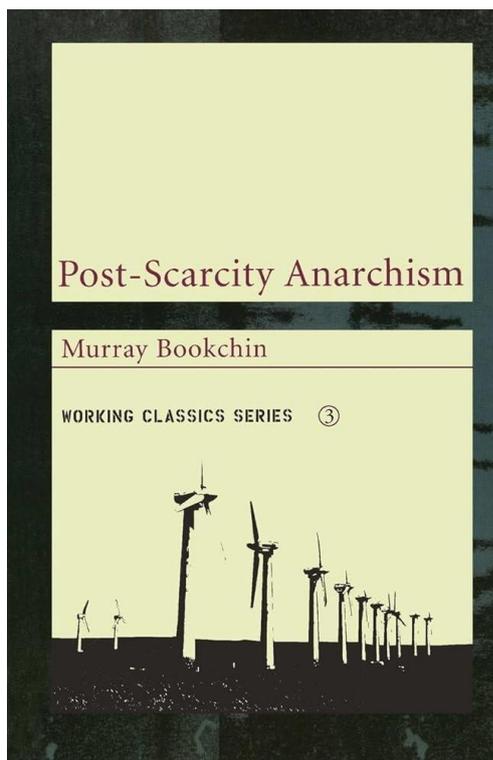
Murray Bookchin

Tradução: Rafael Zilio

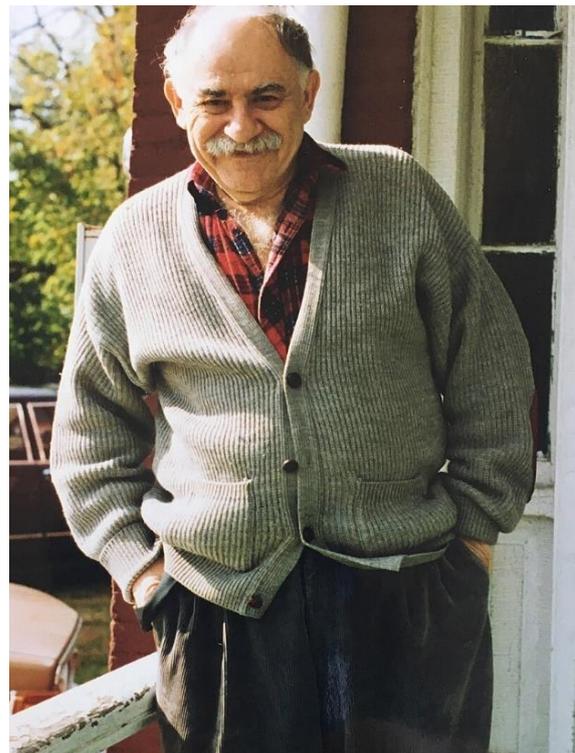
### Nota do tradutor

O estadunidense Murray Bookchin (1921-2006) foi um dos pioneiros do pensamento ecológico ou ambientalista da segunda metade do século XX. Começou a escrever sobre a questão ambiental ainda nos anos 1950, quando também se identificou com o anarquismo. Durante a segunda metade do século XX, destacou-se como um dos mais influentes anarquistas, demonstrando em sua obra a preocupação com uma sociedade radicalmente descentralizada para enfrentar profundamente as injustiças sociais e ecológicas. Influenciou diversas lutas, como o movimento ambientalista, o movimento “antiglobalização” dos anos 1990 e a busca de autodeterminação do povo curdo ao norte da Síria (em Rojava) através do confederalismo democrático. Dentre suas principais propostas está a Ecologia Social, em que ele se contrapõe a abordagens que desaguardam em vertentes (neo)liberais e mesmo ecofascistas, ao mesmo tempo em que não dissocia os problemas ecológicos dos sociais (ou sócio-espaciais). “Ecology and revolutionay thought” é emblemático na forma como articula Ecologia, tecnologia, perspectiva

revolucionária anarquista e descentralização sócio-espacial. O texto teve sua primeira versão em 1965; posteriormente, passou a integrar a coletânea *Post-Scarcity Anarchism*, de 1971 (publicada pela Ramparts Press [Menlo Park, Califórnia]), que ganhou uma segunda edição revisada, em 1986, pela Black Rose Books, e uma terceira edição, em 2004, pela AK Press (de Oakland, Califórnia). A presente tradução foi realizada com base na edição de 2004 publicada pela AK Press, à qual agradeço pela intermediação com a jornalista e escritora Debbie Bookchin, filha de Murray, que autorizou a **AMBIENTES** a oferecer esta versão, inédita em português, ao público brasileiro. Agradeço, por fim, a Marcelo Lopes de Souza pela revisão da tradução de alguns termos e expressões. Boa leitura!



Capa de *Post-Scarcity Anarchism* (coletânea que inclui o presente ensaio), na edição da AK Press (Oakland, Califórnia) de 2004.



Murray Bookchin em sua casa em Vermont, Estados Unidos. Foto de Debbie Bookchin, 1990.

Em quase todos os períodos desde o Renascimento, o desenvolvimento do pensamento revolucionário tem sido fortemente influenciado por um ramo da ciência, muitas vezes em conjunto com uma escola de Filosofia. A Astronomia na época de Copérnico e Galileu ajudou a orientar um amplo movimento de ideias que tirou o mundo medieval, repleto de superstição, para um mundo impregnado de racionalismo crítico, abertamente naturalista e humanista em sua perspectiva. Durante o Iluminismo – a era que culminou na Grande Revolução Francesa – esse movimento libertador de ideias foi reforçado pelos avanços na mecânica e na matemática. A Era Vitoriana foi abalada até suas fundações pelas teorias evolutivas na Biologia e na Antropologia, pela reelaboração da economia ricardiana por Marx e, em seus últimos anos, pela psicologia freudiana.

Em nosso próprio tempo, temos testemunhado a assimilação dessas ciências outrora libertadoras pela ordem social estabelecida. De fato, começamos a ver a própria ciência como um instrumento de controle sobre os processos de pensamento e o ser físico do homem. Essa desconfiança em relação à ciência e ao método científico não é injustificada. “Muitas pessoas sensíveis, especialmente artistas”, observa Abraham Maslow, “temem que a ciência macule e deprima, que desintegre em vez de integrar, matando em vez de criar”. Talvez o que seja igualmente importante é que a ciência moderna perdeu sua crítica incisiva. Largamente funcional ou instrumental em sua intenção, os ramos da ciência que outrora dilaceraram as correntes do homem agora são usados para perpetuá-las e dourá-las. Até a Filosofia cedeu ao instrumentalismo e tende a ser pouco mais que um conjunto de artifícios lógicos, serve do computador, e não do revolucionário.

Há, no entanto, uma ciência que ainda pode restaurar e até transcender o caráter libertador das ciências e filosofias tradicionais. Ela passa de maneira relativamente vaga sob o nome de “Ecologia” – um termo cunhado por Haeckel há um século para denotar “a investigação das relações totais do animal tanto com seu ambiente inorgânico quanto com seu ambiente orgânico”. À primeira vista, a definição de Haeckel parece bastante inofensiva; e a Ecologia, concebida de forma restrita como uma das ciências biológicas, é

frequentemente reduzida a uma variedade de biometria em que pesquisadores de campo se concentram em cadeias alimentares e estudos estatísticos de populações animais. Há uma ecologia da saúde que dificilmente ofenderia as sensibilidades da *American Medical Association* e um conceito de Ecologia Social que se conformaria às noções mais bem elaboradas da Comissão de Planejamento da Cidade de Nova York.

Concebida de forma ampla, no entanto, a Ecologia lida com o equilíbrio da natureza. Na medida em que a natureza inclui o homem, a ciência trata basicamente da harmonização da natureza com o homem. Esse foco tem implicações explosivas. As implicações explosivas de uma abordagem ecológica decorrem não apenas do fato de que a Ecologia é intrinsecamente uma ciência crítica – na verdade, crítica em uma escala que os sistemas mais radicais de economia política não conseguiram alcançar – mas também é uma ciência integrativa e reconstrutiva. Esse aspecto integrativo e reconstrutivo da Ecologia, levado até suas últimas consequências, conduz diretamente a áreas anárquicas do pensamento social. Pois, em última análise, é impossível alcançar uma harmonização entre o homem e a natureza sem criar uma comunidade humana que viva em um equilíbrio duradouro com seu ambiente natural.

## A natureza crítica da Ecologia

Vamos examinar o caráter crítico da Ecologia – uma característica única desta ciência em um período de docilidade científica generalizada. Basicamente, essa natureza crítica deriva do objeto de estudo da Ecologia – de seu próprio domínio. As questões com as quais a Ecologia lida são imperecíveis no sentido de que não podem ser ignoradas sem pôr em risco a viabilidade do planeta, e de fato, a sobrevivência do próprio homem. O caráter crítico da Ecologia não se deve tanto ao poder da razão humana – um poder que a ciência venerou durante seus períodos mais revolucionários – mas a um poder ainda maior, a soberania da natureza sobre o homem e todas as suas atividades. Pode ser que

o homem seja manipulável, como argumentam os proprietários dos meios de comunicação de massa, ou que elementos da natureza sejam manipuláveis, como os engenheiros demonstram por meio de suas conquistas deslumbrantes, mas a Ecologia mostra claramente que a totalidade do mundo natural – a natureza considerada em todos os seus aspectos, ciclos e inter-relações – anula todas as pretensões humanas de domínio sobre o planeta. As grandes terras devastadas do norte da África e as colinas erodidas da Grécia, outrora áreas de uma agricultura próspera ou de uma flora natural rica, são evidências históricas da vingança da natureza contra o parasitismo humano.

No entanto, nenhum desses exemplos históricos se compara, em peso e alcance, aos efeitos da destruição causada pelo homem – e à vingança da natureza – desde os dias da Revolução Industrial, e especialmente desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Os exemplos antigos de parasitismo humano eram essencialmente locais em seu alcance; eram precisamente exemplos do potencial de destruição do homem e nada mais. Muitas vezes, eles foram compensados por notáveis melhorias na ecologia natural de uma região, como demonstram a magnífica reestruturação do solo pelo campesinato europeu durante séculos de cultivo e as realizações dos agricultores incas ao construir terraços nas montanhas dos Andes durante os tempos pré-colombianos.

A devastação moderna do ambiente pelo homem tem uma abrangência global, assim como seu imperialismo. Ela é até mesmo extraterrestre, como demonstram as perturbações no Cinturão de Van Allen alguns anos atrás. Hoje, o parasitismo humano perturba mais do que a atmosfera, o clima, os recursos hídricos, o solo, a flora e a fauna de uma região; ele desestabiliza virtualmente todos os ciclos básicos da natureza e ameaça minar a estabilidade do ambiente em uma escala mundial.

Como exemplo da abrangência do papel disruptivo do homem moderno, estima-se que a queima de combustíveis fósseis (carvão e petróleo) adicione 600 milhões de toneladas de dióxido de carbono ao ar anualmente, cerca de 0,03% da massa atmosférica total – isso, devo acrescentar, além de uma quantidade incalculável de substâncias tóxicas. Desde a Revolução Industrial, a massa atmosférica total de dióxido de carbono au-

mentou em 13% em relação aos níveis anteriores, mais estáveis. Pode-se argumentar com base em fundamentos teóricos muito sólidos que essa crescente camada de dióxido de carbono, ao interceptar o calor irradiado da Terra para o espaço exterior, levará ao aumento das temperaturas atmosféricas, a uma circulação de ar mais violenta, a padrões de tempestades mais destrutivos e, eventualmente, ao derretimento das calotas polares (possivelmente em dois ou três séculos), ao aumento dos níveis do mar e à inundação de vastas áreas de terra. Por mais distante que tal dilúvio possa parecer, a mudança na proporção de dióxido de carbono em relação aos outros gases atmosféricos é um alerta sobre o impacto que o homem está causando no equilíbrio da natureza.

Uma questão ecológica mais imediata é a poluição extensiva das vias navegáveis da Terra pelo homem. O que conta aqui não é o fato de que o homem polui um determinado riacho, rio ou lago – algo que ele faz há séculos – mas sim a magnitude que a poluição da água atingiu nas últimas duas gerações.

Quase todas as águas superficiais dos Estados Unidos estão poluídas. Muitos cursos d'água americanos são verdadeiras fossas abertas que poderiam ser corretamente qualificadas como extensões dos sistemas de esgoto urbano. Seria um eufemismo descrevê-los como rios ou lagos. Mais significativamente, grandes porções de água subterrânea estão suficientemente poluídas para serem impróprias para o consumo, até mesmo perigosas para a saúde, e vários surtos locais de hepatite foram atribuídos a poços poluídos em áreas suburbanas. Em contraste com a poluição das águas superficiais, a poluição das águas subterrâneas ou subsuperficiais é imensamente difícil de eliminar e tende a persistir por décadas após a remoção das fontes de poluição.

Um artigo em uma revista de grande circulação descreve de forma apropriada as vias navegáveis poluídas dos Estados Unidos como “Nossas águas morrendo”. Esta descrição desesperadora e apocalíptica do problema da poluição da água nos Estados Unidos realmente se aplica ao mundo como um todo. As águas da Terra, concebidas como fatores em um grande sistema ecológico, estão literalmente morrendo. A poluição massiva está destruindo os rios e lagos da África, Ásia e América Latina como meios de vida,

assim como as vias navegáveis longamente abusadas dos continentes altamente industrializados. Mesmo o mar aberto não foi poupado da poluição extensiva. Refiro-me aqui não apenas aos poluentes radioativos provenientes de testes nucleares e reatores nucleares, que aparentemente atingem toda a flora e fauna do mar. Basta apontar que o despejo de resíduos de óleo diesel de navios no Atlântico tornou-se um problema de poluição massiva, matando enormes quantidades de vida marinha a cada ano.

Relatos desse tipo podem ser repetidos para praticamente todas as partes da biosfera. Páginas podem ser escritas sobre as imensas perdas de solo produtivo que ocorrem anualmente em quase todos os continentes da Terra; sobre a extensa perda de cobertura arbórea em áreas vulneráveis à erosão; sobre episódios letais de poluição do ar em grandes áreas urbanas; sobre a distribuição mundial de agentes tóxicos, como isótopos radioativos e chumbo; sobre a “quimicalização” [*chemicalization*] do ambiente imediato do homem – pode-se dizer de sua própria mesa de jantar – com resíduos de pesticidas e aditivos alimentares. Montados como peças de um quebra-cabeça, esses ataques ao ambiente formam um padrão de destruição sem precedentes na longa história do homem na Terra.

Obviamente, o homem poderia ser descrito como um parasita altamente destrutivo, que ameaça destruir seu hospedeiro – o mundo natural – e, eventualmente, a si mesmo. Em Ecologia, no entanto, a palavra parasita, usada nesse sentido simplificado, não responde a uma pergunta, mas levanta uma questão por si só. Os ecologistas sabem que um parasitismo destrutivo desse tipo geralmente reflete uma perturbação de uma situação ecológica; de fato, muitas espécies, aparentemente altamente destrutivas sob um conjunto de condições, são eminentemente úteis sob outro conjunto de condições. O que confere uma função profundamente crítica à Ecologia é a questão levantada pelas atividades destrutivas do homem: Qual é a perturbação que transformou o homem em um parasita destrutivo? O que produz uma forma de parasitismo humano que não apenas resulta em vastos desequilíbrios naturais, mas também ameaça a própria existência da humanidade?

A verdade é que o homem criou desequilíbrios não apenas na natureza, mas, mais fundamentalmente, em suas relações com seus semelhantes – na própria estrutura de sua sociedade. Para expressar esse pensamento de forma mais precisa: os desequilíbrios que o homem produziu no mundo natural são causados pelos desequilíbrios que ele produziu no mundo social. Um século atrás, seria possível considerar a poluição do ar e a contaminação da água como resultado de ganância, busca de lucro e competição – em suma, como resultado das atividades dos barões industriais e burocratas egoístas. Hoje, essa explicação seria uma simplificação grosseira. É sem dúvida verdade que a maioria das empresas burguesas ainda é guiada por uma atitude de desprezo pelo público, como evidenciam as reações das empresas de energia, das indústrias automobilísticas e das corporações siderúrgicas aos problemas de poluição. Mas um problema mais profundo do que a atitude dos proprietários é o tamanho das próprias empresas – suas proporções físicas enormes, sua localização em uma determinada região, sua densidade em relação a uma comunidade ou a uma via navegável, suas necessidades de matérias-primas e água, e seu papel na divisão nacional do trabalho.

358

O que estamos testemunhando hoje é uma crise não apenas na ecologia natural, mas, acima de tudo, na ecologia social. A sociedade moderna, especialmente como a conhecemos nos Estados Unidos e na Europa, está sendo organizada em torno de imensos cinturões urbanos em um extremo, uma agricultura altamente industrializada no outro extremo, e coroando ambos, um aparelho estatal inchado, burocratizado e anônimo. Se deixarmos de lado todas as considerações morais por um momento e examinarmos a estrutura física dessa sociedade, o que necessariamente nos impressiona são os problemas logísticos incríveis que ela é obrigada a resolver – problemas de transporte, de densidade, de abastecimento (matérias-primas, produtos manufaturados e alimentos), de organização econômica e política, de localização industrial, e assim por diante. O fardo que esse tipo de sociedade urbanizada e centralizada impõe a qualquer área continental é enorme.

## Diversidade e simplicidade

O problema é ainda mais profundo. A noção de que o ser humano deve dominar a natureza emerge diretamente da dominação do homem pelo homem. A família patriarcal plantou a semente da dominação nas relações nucleares da humanidade; a divisão clássica no mundo antigo entre espírito e realidade – e até mesmo entre mente e trabalho – a nutriu; o viés antinaturalista do cristianismo favoreceu seu crescimento. Mas foi apenas quando as relações comunitárias orgânicas, de caráter feudal ou camponês, dissolveram-se em relações de mercado que o planeta passou a ser visto como um recurso para exploração. Essa tendência secular encontra seu desenvolvimento mais exacerbado no capitalismo moderno. Em razão de sua natureza inerentemente competitiva, a sociedade burguesa não apenas coloca os seres humanos uns contra os outros, mas também opõe a massa da humanidade ao mundo natural. Assim como os homens são transformados em mercadorias, todo aspecto da natureza é convertido em mercadoria, um recurso a ser manufaturado e comercializado indiscriminadamente. Os eufemismos liberais para os processos envolvidos são “crescimento”, “sociedade industrial” e “deterioração urbana”. Independentemente da terminologia, esses fenômenos têm suas raízes na dominação do homem pelo homem.

359

A expressão “sociedade de consumo” complementa a descrição da ordem social atual como uma “sociedade industrial”. As necessidades são moldadas pela mídia de massa para criar uma demanda pública por mercadorias completamente inúteis, cada uma cuidadosamente projetada para se deteriorar após um período predeterminado. O saque do espírito humano pelo mercado encontra paralelo no saque da terra pelo capital (a identificação liberal é uma metáfora que neutraliza o impacto social da crise ecológica). Apesar do clamor atual sobre o crescimento populacional, as proporções estratégicas da crise ecológica não são as taxas de crescimento populacional da Índia, mas sim as taxas de produção dos Estados Unidos, um país que produz mais da metade dos bens do mundo.

Expressões como “crescimento” e “progresso” tendem a mascarar o impacto contundente de uma palavra como “desperdício”. Com um nono de sua capacidade industrial dedicada à produção bélica, os EUA estão literalmente pisoteando a terra e destruindo vínculos ecológicos vitais para a sobrevivência humana. Se as projeções industriais atuais se confirmarem, os trinta anos restantes do século testemunharão um aumento de cinco vezes na produção de energia elétrica, baseada principalmente em combustíveis nucleares e carvão. O imenso fardo de resíduos radioativos e outros efluentes que esse aumento imporá à ecologia natural da Terra dispensa qualquer descrição.

Em uma perspectiva mais curta, o problema não é menos inquietante. Nos próximos cinco anos, a produção de madeira pode aumentar em vinte por cento; a produção de papel, cinco por cento ao ano; caixas dobráveis, três por cento ao ano; plásticos (que atualmente compõem de um a dois por cento dos resíduos urbanos), sete por cento ao ano. Coletivamente, essas indústrias são responsáveis por alguns dos mais graves poluentes do meio ambiente. A natureza completamente sem sentido da atividade industrial moderna é talvez mais bem ilustrada pelo declínio das garrafas de cerveja retornáveis (e reutilizáveis), de 54 bilhões de unidades em 1960 para 26 bilhões hoje. Em seu lugar, surgiram as garrafas “de uso único” (um aumento de 8 para 21 bilhões no mesmo período) e as latas (um aumento de 38 para 53 bilhões). As garrafas “de uso único” e as latas, claro, apresentam enormes problemas para o descarte de resíduos sólidos.

O planeta, visto como uma mera massa de minerais, pode até suportar esses aumentos insensatos na produção de lixo. A Terra, concebida como uma complexa teia de vida, certamente não pode. A única questão é se o planeta conseguirá sobreviver à sua pilhagem tempo suficiente para que o ser humano substitua o atual sistema social destrutivo por uma sociedade humanista e ecologicamente orientada.

Ecologistas são frequentemente questionados, de maneira provocativa, para identificar com exatidão científica o ponto de ruptura ecológica da natureza – presumivelmente o ponto em que o mundo natural colapsará sobre o homem. Isso é equivalente a perguntar a um psiquiatra o momento exato em que um neurótico se tornará um psicó-

tico não funcional. Nenhuma resposta como essa provavelmente estará disponível. Mas o ecologista pode fornecer uma visão estratégica das direções que o homem parece estar seguindo como resultado de sua ruptura com o mundo natural.

Do ponto de vista da Ecologia, o homem está perigosamente simplificando seu ambiente. A cidade moderna representa uma invasão regressiva do sintético sobre o natural, do inorgânico (concreto, metais e vidro) sobre o orgânico, e de estímulos elementares e brutos sobre os variados e diversificados. Os vastos cinturões urbanos que agora se desenvolvem nas áreas industrializadas do mundo não são apenas grosseiramente ofensivos aos olhos e ouvidos, mas estão se tornando cronicamente infestados de poluição, barulhentos e virtualmente imobilizados pela congestão.

Esse processo de simplificação do ambiente humano e sua transformação em algo cada vez mais elementar e bruto tem uma dimensão cultural, além de física. A necessidade de manipular imensas populações urbanas – para transportar, alimentar, empregar, educar e, de alguma forma, entreter milhões de pessoas densamente concentradas diariamente – leva a um declínio crucial nos padrões cívicos e sociais. Um conceito massificado de relações humanas – totalitário, centralizador e regimentado em sua orientação – tende a dominar os conceitos mais individualizados do passado. Técnicas burocráticas de gestão social tendem a substituir abordagens humanísticas. Tudo o que é espontâneo, criativo e individualizado é circunscrito pelo que é padronizado, regulado e massificado. O espaço do indivíduo é continuamente reduzido pelas restrições impostas por um aparato social impessoal e sem rosto. Qualquer reconhecimento das qualidades pessoais únicas é cada vez mais cedido às necessidades – mais precisamente, à manipulação – do grupo, ou melhor, do denominador comum mais baixo da massa. Uma abordagem quantitativa e estatística, uma maneira de lidar com o homem enquanto massa tende a triunfar sobre a abordagem das qualidades individuais preciosas que coloca sua ênfase mais forte na singularidade pessoal, na livre expressão e na complexidade cultural.

A mesma simplificação regressiva do ambiente ocorre na agricultura moderna.<sup>1</sup> As pessoas manipuladas nas cidades modernas precisam ser alimentadas, e alimentá-las envolve uma extensão da agricultura industrial. As plantas alimentícias devem ser cultivadas de maneira que permita um alto grau de mecanização – não para reduzir o trabalho humano, mas para aumentar a produtividade e a eficiência, maximizar os investimentos e explorar a biosfera. Conseqüentemente, o terreno deve ser reduzido a uma planície – a um piso de fábrica, por assim dizer – e as variações naturais na topografia devem ser diminuídas tanto quanto possível. O crescimento das plantas deve ser rigorosamente regulado para atender aos horários apertados das plantas de processamento de alimentos. Aragem, fertilização do solo, semeadura e colheita devem ser realizados em escala massiva, muitas vezes em total desconsideração pela ecologia natural de uma área. Grandes áreas de terra devem ser usadas para cultivar uma única cultura – uma forma de agricultura de plantação que se presta não apenas à mecanização, mas também à infestação por pragas. Uma única cultura é o ambiente ideal para a proliferação de espécies de pragas. Finalmente, agentes químicos devem ser usados abundantemente para lidar com os problemas criados por insetos, ervas daninhas e doenças das plantas, para regular a produção agrícola e maximizar a exploração do solo. O verdadeiro símbolo da agricultura não é a foice (ou, aliás, o trator), mas o avião. O cultivador moderno de alimentos não é representado pelo camponês, agricultor independente ou mesmo pelo agrônomo – homens que poderiam ser esperados a ter uma relação íntima com as qualidades únicas da terra onde cultivam – mas sim pelo piloto e pelo químico, para os quais o solo é apenas um recurso, uma matéria-prima inorgânica.

O processo de simplificação é levado ainda mais longe por uma divisão exagerada do trabalho regional (e até nacional). Imensas áreas do planeta estão sendo cada vez mais reservadas para tarefas industriais específicas ou reduzidas a depósitos de matérias-

---

<sup>1</sup> Para uma visão mais aprofundada sobre este problema, o leitor pode consultar Charles S. Elton, *The Ecology of Invasions* (Nova York: John Wiley & Sons, 1953); Edward Hyams, *Soil and Civilization* (Londres: Thames and Hudson, 1952); Lewis Herber, *Our Synthetic Environment* (Nova York: Knopf, 1962); e Rachel Carson, *Silent Spring* – este último a ser lido menos como um ataque contra pesticidas e mais como um apelo pela diversificação ecológica.

primas. Outras são transformadas em centros de população urbana, amplamente ocupadas com comércio e negócios. Cidades e regiões (na verdade, países e continentes) são especificamente identificados com produtos especiais – Pittsburgh, Cleveland e Youngstown com aço, Nova York com finanças, Bolívia com estanho, Arábia com petróleo, Europa e América com bens industriais, e o restante do mundo com matérias-primas de um tipo ou outro. Os complexos ecossistemas que compõem as regiões de um continente são submersos pela organização de nações inteiras em entidades economicamente racionalizadas, cada qual uma estação de passagem em um vasto sistema de cinturões industriais, global em suas dimensões. É apenas uma questão de tempo até que as áreas mais atraentes do campo sucumbam ao misturador de concreto, assim como grande parte das áreas costeiras orientais dos Estados Unidos já sucumbiram a subdivisões e bangalôs. O que resta em termos de beleza natural será degradado por estacionamentos de trailers, favelas de lona, rodovias “cênicas”, motéis, barracas de comida e as manchas de óleo de lanchas.

A questão é que o homem está desfazendo o trabalho da evolução orgânica. Ao criar vastas aglomerações urbanas de concreto, metal e vidro, ao suprimir e minar os complexos e sutilmente organizados ecossistemas que constituem as diferenças locais no mundo natural – em suma, ao substituir um ambiente orgânico altamente complexo por um ambiente inorgânico simplificado – o homem está desmantelando a pirâmide biótica que sustentou a humanidade por incontáveis milênios. No curso de substituir as complexas relações ecológicas das quais dependem todos os seres vivos avançados por relações mais elementares, o homem está progressivamente restaurando a biosfera a um estágio que só será capaz de sustentar formas de vida mais simples. Se essa grande reversão do processo evolutivo continuar, não é de forma alguma fantasioso supor que as condições prévias para formas de vida superiores serão irreparavelmente destruídas e a Terra se tornará incapaz de sustentar o próprio homem.

A Ecologia deriva sua natureza crítica não apenas do fato de que, entre todas as ciências, é a única que apresenta essa mensagem impressionante à humanidade, mas

também porque apresenta essa mensagem em uma nova dimensão social. Do ponto de vista ecológico, a reversão da evolução orgânica é o resultado de contradições aterradoras entre cidade e campo, Estado e comunidade, indústria e agricultura, manufatura em massa e artesanato, centralismo e regionalismo, a escala burocrática e a escala humana.

## A natureza reconstrutiva da Ecologia

Até recentemente, as tentativas de resolver as contradições criadas pela urbanização, centralização, crescimento burocrático e “estatificação” [*statification*] eram vistas como uma vã contracorrente em face do “progresso” – uma contracorrente que poderia ser descartada como quimérica, na melhor das hipóteses, e reacionária na pior. O anarquista era considerado um visionário abandonado, um pária social, cheio de nostalgia pela aldeia camponesa ou pela comuna medieval. Seus anseios por uma sociedade descentralizada e por uma comunidade humanista em harmonia com a natureza e as necessidades do indivíduo – o indivíduo espontâneo, liberto da autoridade – eram vistos como reações de um romântico, de um artesão decadente ou de um “desajustado” intelectual. Seu protesto contra a centralização e a estatificação parecia ainda menos persuasivo porque era apoiado principalmente por considerações éticas – por noções utópicas, aparentemente “irrealistas” sobre o que o homem poderia ser, e não sobre o que ele era. Contra esse protesto, os oponentes do pensamento anarquista – liberais, direitistas e “esquerdistas” autoritários – argumentavam que eram as vozes da realidade histórica, que suas noções estatistas e centralistas estavam enraizadas no mundo objetivo e prático.

O tempo não é muito gentil com o conflito de ideias. Qualquer que tenha sido a validade das visões libertárias e não libertárias há alguns anos, o desenvolvimento histórico tornou praticamente todas as objeções ao pensamento anarquista sem sentido hoje. A cidade e o Estado modernos, a enorme tecnologia de carvão e aço da Revolução Indus-

trial, os sistemas mais racionalizados de produção em massa e os sistemas de organização do trabalho na linha de montagem, a nação centralizada, o Estado e seu aparato burocrático – todos atingiram seus limites. Qualquer que tenha sido o papel progressista ou libertário que possam ter possuído, claramente se tornou totalmente regressivo e opressor. Eles são regressivos não apenas porque corroem o espírito humano e drenam a comunidade de toda a sua coesão, solidariedade e padrões ético-culturais; são regressivos de um ponto de vista objetivo, de um ponto de vista ecológico. Pois eles minam não apenas o espírito humano e a comunidade humana, mas também a viabilidade do planeta e de todos os seres vivos nele.

Não se pode enfatizar o suficiente que os conceitos anarquistas de uma comunidade equilibrada, de uma democracia face a face, de uma tecnologia humanística e de uma sociedade descentralizada – esses ricos conceitos libertários não são apenas desejáveis, mas necessários. Eles não pertencem apenas às grandes visões sobre o futuro da humanidade; agora constituem as condições prévias para a sobrevivência humana. O processo de desenvolvimento social os transportou de uma dimensão ética e subjetiva para uma dimensão prática e objetiva. O que antes era considerado impraticável e visionário tornou-se eminentemente prático. E o que antes era considerado prático e objetivo tornou-se eminentemente impraticável e irrelevante em termos do desenvolvimento humano em direção a uma existência mais plena e sem amarras. Se comunidade, democracia face a face, uma tecnologia humanística e libertadora, e descentralização forem concebidas apenas como reações ao estado de coisas vigente – um vigoroso não ao sim do que existe hoje –, uma defesa contundente agora pode ser realizada para viabilizar uma sociedade anarquista.

Essa rejeição ao estado de coisas vigente explica, creio eu, o crescimento explosivo do anarquismo intuitivo entre os jovens de hoje. Seu amor pela natureza é uma reação contra as qualidades altamente sintéticas do nosso ambiente urbano e seus produtos de baixa qualidade. Sua informalidade no vestir e nos costumes é uma reação contra a natureza formalizada e padronizada da vida institucionalizada moderna. Sua predisposição

para a ação direta é uma reação contra a burocratização e centralização da sociedade. Sua tendência de desistir, de evitar o trabalho árduo e a corrida desenfreada por sucesso, reflete uma raiva crescente em relação à rotina industrial sem sentido criada pela produção em massa moderna na fábrica, no escritório ou na universidade. Seu intenso individualismo é, de uma forma elementar, uma descentralização de fato da vida social – uma abdicação pessoal da sociedade de massa.

O mais significativo sobre a Ecologia é sua capacidade de transformar essa rejeição muitas vezes nihilista do *status quo* em uma afirmação enfática da vida – na verdade, em um credo reconstrutivo para uma sociedade humanística. A essência da mensagem reconstrutiva da Ecologia pode ser resumida na palavra diversidade. Do ponto de vista ecológico, o equilíbrio e a harmonia na natureza, na sociedade e, por inferência, no comportamento, são alcançados não pela padronização mecânica, mas pelo seu oposto, a diferenciação orgânica. Essa mensagem pode ser compreendida claramente apenas examinando seu significado prático.

Consideremos o princípio ecológico da diversidade – o que Charles Elton chama de “conservação da variedade” – como se aplica à Biologia, especificamente à agricultura. Vários estudos – os modelos matemáticos de Lotka e Volterra, os experimentos de Gause com protozoários e ácaros em ambientes controlados e extensas pesquisas de campo – demonstram claramente que as flutuações nas populações de animais e plantas, variando de proporções leves a pestilentas, dependem muito do número de espécies em um ecossistema e do grau de variedade no ambiente. Quanto maior a variedade de presas e predadores, mais estável é a população; quanto mais diversificado o ambiente em termos de flora e fauna, menor a probabilidade de haver instabilidade ecológica. A estabilidade é uma função da complexidade, variedade e diversidade: se o ambiente for simplificado e a variedade de espécies animais e vegetais for reduzida, as flutuações nas populações tornam-se marcantes e tendem a sair do controle, atingindo proporções de pragas.

No caso do controle de pragas, muitos ecologistas agora concluem que podemos evitar o uso repetitivo de produtos químicos tóxicos, como inseticidas e herbicidas, per-

mitindo uma maior interação entre os seres vivos. Devemos dar mais espaço à espontaneidade natural, às forças biológicas diversas que compõem uma situação ecológica. “Entomologistas europeus agora falam em gerir toda a comunidade planta-inseto”, observa Robert L. Rudd. “É chamado de manipulação da biocenose. O ambiente biocênético é variado, complexo e dinâmico. Embora os números de indivíduos mudem constantemente, nenhuma espécie normalmente alcançará proporções de praga. As condições especiais que permitem altas populações de uma única espécie em um ecossistema complexo são eventos raros. A gestão da biocenose ou ecossistema deve se tornar nosso objetivo, desafiador como é.”<sup>2</sup>

A “manipulação” da biocenose de maneira significativa, no entanto, pressupõe uma descentralização profunda da agricultura. Sempre que possível, a agricultura industrial deve ceder lugar ao manejo do solo e à agricultura sustentável; o chão da fábrica deve ser substituído pelo jardim e pela horticultura. Não quero sugerir que devemos renunciar às conquistas adquiridas pela agricultura em larga escala e pela mecanização. O que defendo, contudo, é que a terra deve ser cultivada como se fosse um jardim; sua flora deve ser diversificada e cuidadosamente cuidada, equilibrada por uma fauna e árvores apropriadas para a região. A descentralização é importante, além disso, para o desenvolvimento do agricultor, bem como para o desenvolvimento da agricultura. O cultivo de alimentos, praticado de forma verdadeiramente ecológica, pressupõe que o agricultor esteja familiarizado com todas as características e sutilezas do terreno em que as culturas são cultivadas. Ele deve ter um conhecimento aprofundado da fisiografia da terra, de seus solos variados – terras de cultivo, floresta, pastagem –, de seu conteúdo mineral e orgânico e de seu microclima, além de estar engajado em um estudo contínuo dos efeitos produzidos por novas flora e fauna. O agricultor deve desenvolver sua sensibilidade para

---

<sup>2</sup> O uso da palavra “manipulação” por Rudd provavelmente cria a impressão errônea de que uma situação ecológica pode ser reduzida a termos mecânicos simples. Para evitar que essa impressão surja, gostaria de enfatizar que nosso conhecimento de uma situação ecológica e o uso prático desse conhecimento são questões de percepção e compreensão, e não de poder. Elton, creio eu, apresenta o caso da gestão de uma situação ecológica quando escreve: “O futuro do mundo precisa ser gerido, mas essa gestão não seria apenas como um jogo de xadrez – [mas] mais como pilotar um barco.”

as possibilidades e necessidades da terra, tornando-se uma parte orgânica da situação agrícola. Mal podemos esperar alcançar esse alto grau de sensibilidade e integração no agricultor sem reduzir a agricultura a uma escala humana, sem trazê-la para o âmbito do indivíduo. Para atender às exigências de uma abordagem ecológica ao cultivo de alimentos, a agricultura deve ser redimensionada de grandes fazendas industriais para unidades de tamanho moderado.

O mesmo raciocínio se aplica ao desenvolvimento racional de recursos energéticos. A Revolução Industrial aumentou a quantidade de energia disponível para a indústria, mas diminuiu a variedade de recursos energéticos utilizados pelo homem. Embora seja verdade que as sociedades pré-industriais dependiam principalmente da força animal e dos músculos humanos, padrões energéticos complexos se desenvolveram em muitas regiões da Europa, envolvendo uma integração sutil de recursos, como a energia eólica e hídrica, além de uma variedade de combustíveis (madeira, turfa, carvão, amidos vegetais e gorduras animais).

A Revolução Industrial sobrecarregou e, em grande parte, destruiu esses padrões regionais de energia, substituindo-os primeiro por um único sistema de energia (carvão) e depois por um sistema duplo (carvão e petróleo). Regiões desapareceram como modelos de padrões energéticos integrados – na verdade, o próprio conceito de integração por meio da diversidade foi obliterado. Como indiquei anteriormente, muitas regiões se tornaram predominantemente áreas de mineração, muitas vezes dedicadas à produção de poucas *commodities*. Não precisamos revisar o papel que essa ruptura do verdadeiro regionalismo desempenhou na produção de poluição do ar e da água, os danos infligidos a grandes áreas do campo e o esgotamento de nossos preciosos combustíveis de hidrocarbonetos.

Podemos, é claro, recorrer a combustíveis nucleares, mas é assustador pensar nos resíduos radioativos letais que exigiriam descarte se os reatores de energia fossem nossa principal fonte de energia. Eventualmente, um sistema energético baseado em materiais

radioativos levaria à contaminação generalizada do ambiente – a princípio de forma sutil, mas depois em uma escala massiva e palpavelmente destrutiva.

Ou poderíamos aplicar princípios ecológicos para resolver nossos problemas energéticos. Poderíamos tentar restabelecer os antigos padrões regionais de energia, utilizando um sistema combinado de energia fornecida por vento, água e energia solar. Seríamos auxiliados por dispositivos mais sofisticados do que qualquer um conhecido no passado. Já projetamos turbinas eólicas que poderiam fornecer eletricidade em várias áreas montanhosas para atender às necessidades de energia elétrica de uma comunidade de 50.000 pessoas. Aperfeiçoamos dispositivos de energia solar que geram temperaturas suficientemente altas em latitudes mais quentes para lidar com a maioria dos problemas metalúrgicos. Usados em conjunto com bombas de calor, muitos dispositivos solares poderiam fornecer até três quartos – senão toda – da energia necessária para manter confortavelmente uma pequena casa familiar. E, no momento em que escrevo, os franceses estão concluindo uma barragem de maré na foz do Rio Rance, na Bretanha, que deverá produzir mais de 500 milhões de quilowatts-hora de eletricidade por ano. Com o tempo, o projeto do Rio Rance atenderá à maioria das necessidades elétricas do norte da França.

Dispositivos solares, turbinas eólicas e recursos hidrelétricos, tomados isoladamente, não fornecem uma solução completa para nossos problemas energéticos e para a perturbação ecológica criada pelos combustíveis convencionais. No entanto, reunidos como um mosaico, como um padrão energético orgânico desenvolvido a partir das potencialidades de uma região, eles poderiam atender amplamente às necessidades de uma sociedade descentralizada. Em latitudes ensolaradas, poderíamos depender mais da energia solar do que de combustíveis fósseis. Em áreas caracterizadas por turbulência atmosférica, poderíamos confiar mais em dispositivos de vento, e em regiões costeiras adequadas ou áreas internas com uma boa rede de rios, a maior parte de nossa energia viria de instalações hidrelétricas. Em todos os casos, usaríamos um mosaico de combustíveis não fósseis, combustíveis fósseis e nucleares. O ponto que quero destacar é que, ao diversificarmos nossos recursos energéticos e organizá-los em um padrão ecologica-

mente equilibrado, poderíamos combinar energia eólica, solar e hidráulica em uma região para atender a todas as necessidades industriais e domésticas de uma comunidade, com um uso mínimo de combustíveis perigosos. E, eventualmente, poderíamos sofisticar todos os nossos dispositivos de energia não fóssil a um ponto em que todas as fontes prejudiciais de energia pudessem ser eliminadas.

Assim como na agricultura, a aplicação de princípios ecológicos aos recursos energéticos pressupõe uma descentralização profunda da sociedade e um conceito verdadeiramente regional de organização social. Manter uma grande cidade requer quantidades imensas de carvão e petróleo. Em contraste, a energia solar, eólica e das marés chega a nós principalmente em pequenos pacotes; exceto pelas impressionantes barragens de maré, os novos dispositivos raramente fornecem mais do que alguns milhares de quilowatt-hora de eletricidade. É difícil acreditar que algum dia seremos capazes de projetar coletores solares que nos forneçam blocos imensos de energia elétrica, como ocorre em uma grande usina a vapor; igualmente, é difícil imaginar uma matriz de turbinas eólicas que forneça eletricidade suficiente para iluminar a Ilha de Manhattan. Se casas e fábricas permanecerem altamente concentradas, dispositivos que utilizam fontes limpas de energia provavelmente continuarão a ser considerados meros brinquedos, mas se as comunidades urbanas forem reduzidas em tamanho e amplamente distribuídas pelo território, não há razão para que esses dispositivos não possam ser combinados para nos fornecer todas as comodidades de uma civilização industrializada. Para usar efetivamente a energia solar, eólica e das marés, a megalópole deve ser descentralizada. Um novo tipo de comunidade, cuidadosamente adaptada às características e aos recursos de uma região, deve substituir as extensas faixas urbanas que estão emergindo atualmente.

Um caso objetivo a favor da descentralização, sem dúvida, não se encerra com uma discussão sobre agricultura e os problemas criados pelos recursos energéticos combustíveis. A validade do argumento descentralista pode ser demonstrada para quase todos os problemas “logísticos” de nossa época. Permita-me citar um exemplo na área problemática do transporte. Muito já foi escrito sobre os efeitos nocivos dos veículos movidos a

gasolina – seu desperdício, seu papel na poluição do ar urbano, o ruído que contribuem para o ambiente das cidades, o enorme número de mortes que causam anualmente nas grandes cidades do mundo e nas rodovias. Em uma civilização altamente urbanizada, seria inútil substituir esses veículos nocivos por veículos elétricos, limpos, eficientes, virtualmente silenciosos e certamente mais seguros. Os melhores carros elétricos precisam ser recarregados a cada cento e poucos quilômetros – uma característica que limita sua utilidade para o transporte em grandes cidades. Em uma comunidade pequena e descentralizada, no entanto, seria viável utilizar esses veículos elétricos para o transporte urbano ou regional e estabelecer redes de monotrilho para o transporte de longa distância.

É bastante conhecido que os veículos movidos a gasolina contribuem enormemente para a poluição do ar nas áreas urbanas, e há um forte sentimento de que devemos modificar as características mais nocivas dos automóveis até que desapareçam. Nossa era, caracteristicamente, tenta resolver todas as suas irracionalidades com um “truque” – filtros para os gases tóxicos da gasolina, antibióticos para doenças, tranquilizantes para distúrbios psíquicos. Mas o problema da poluição do ar nas cidades é demasiado intratável para ser resolvido com truques, talvez mais intratável do que gostaríamos de acreditar. Basicamente, a poluição do ar é causada por altas densidades populacionais, pela concentração excessiva de pessoas em uma pequena área. Milhões de pessoas, densamente concentradas em uma grande cidade, necessariamente produzem uma séria poluição local do ar apenas por suas atividades diárias. Elas precisam queimar combustíveis por razões domésticas e industriais; precisam construir ou demolir edifícios (os detritos aéreos produzidos por essas atividades são uma fonte importante de poluição do ar urbano); precisam se desfazer de quantidades imensas de lixo; precisam viajar em estradas com pneus de borracha (as partículas produzidas pela erosão dos pneus e dos materiais das estradas contribuem significativamente para a poluição do ar). Quaisquer dispositivos de controle de poluição que adicionarmos a automóveis e usinas de energia, a melhoria que esses dispositivos produzirão na qualidade do ar urbano será mais do que anulada pelo crescimento futuro das megalópoles.

Há mais no anarquismo do que apenas comunidades descentralizadas. Se examinei essas possibilidades em detalhes, foi para demonstrar que uma sociedade anarquista, longe de ser um ideal remoto, tornou-se uma condição prévia para a prática dos princípios ecológicos. Para resumir a mensagem crítica da ecologia: se diminuirmos a variedade no mundo natural, degradamos sua unidade e totalidade. Destruímos as forças que promovem a harmonia e a estabilidade natural, para um equilíbrio duradouro, e o que é ainda mais significativo, introduzimos uma regressão absoluta no desenvolvimento do mundo natural que pode, eventualmente, tornar o ambiente impróprio para formas avançadas de vida. Para resumir a mensagem reconstrutiva da Ecologia: se desejamos promover a unidade e a estabilidade do mundo natural, se desejamos harmonizá-lo em níveis cada vez mais altos de desenvolvimento, devemos conservar e promover a variedade. Com certeza, a mera variedade por si só é uma meta vazia. Na natureza, a variedade emerge espontaneamente. As capacidades de uma nova espécie são testadas pelos rigores do clima, por sua habilidade em lidar com predadores e por sua capacidade de estabelecer e expandir seu nicho. Contudo, a espécie que consegue expandir seu nicho no ambiente também amplia a situação ecológica como um todo. Para tomar emprestada a frase de E. A. Gutkind, ela “expande o ambiente”, tanto para si mesma quanto para as espécies com as quais estabelece uma relação equilibrada.<sup>3</sup>

Como esses conceitos se aplicam à teoria social? Para muitos leitores, eu suponho que basta dizer que, na medida em que o homem faz parte da natureza, um ambiente natural em expansão amplia a base para o desenvolvimento social. Mas a resposta a essa pergunta, creio eu, vai muito mais além do que muitos ecologistas e libertários suspeitam. Novamente, permita-me voltar ao princípio ecológico de totalidade e equilíbrio como produto da diversidade. Mantendo esse princípio em mente, o primeiro passo para uma resposta é fornecido por uma passagem de *The Philosophy of Anarchism*, de Herbert Read. Ao apresentar sua “medida de progresso”, Read observa: “O progresso é medido

---

<sup>3</sup> Não desejo atribuir a Gutkind as ideias que apresentei acima, mas acredito que o leitor se beneficiaria enormemente ao ler a discussão magistral de Gutkind sobre comunidades, *The Expanding Environment* (Freedom Press).

pelo grau de diferenciação dentro de uma sociedade. Se o indivíduo for uma unidade em uma massa corporativa, sua vida será limitada, monótona e mecânica. Se o indivíduo for uma unidade por conta própria, com espaço e potencialidade para ações separadas, ele pode estar mais sujeito ao acidente ou à sorte, mas ao menos pode expandir-se e expressar-se. Ele pode se desenvolver – desenvolver no único sentido real da palavra – em consciência de força, vitalidade e alegria”.

O pensamento de Read, infelizmente, não está completamente desenvolvido, mas fornece um ponto de partida interessante. O que nos chama a atenção, a princípio, é que tanto o ecologista quanto o anarquista colocam uma forte ênfase na espontaneidade. O ecologista, na medida em que é mais do que um técnico, tende a rejeitar a noção de “poder sobre a natureza”. Ele fala, ao invés disso, de “navegar” por uma situação ecológica, de gerenciar em vez de recriar um ecossistema. O anarquista, por sua vez, fala em termos de espontaneidade social, de liberar as potencialidades da sociedade e da humanidade, de dar livre e irrestrito espaço à criatividade das pessoas. Cada um, à sua maneira, vê a autoridade como inibidora, como um peso que limita o potencial criativo de uma situação natural e social. Seu objetivo não é governar um domínio, mas liberá-lo. Eles consideram a percepção, a razão e o conhecimento como meios de realizar as potencialidades de uma situação, facilitando o desenrolar da lógica de uma situação, e não substituindo suas potencialidades por noções preconcebidas ou distorcendo seu desenvolvimento em dogmas.

Retornando agora às palavras de Read, o que nos impressiona em seguida é que, assim como o ecologista, o anarquista vê a diferenciação como uma medida de progresso. O ecologista usa o termo *pirâmide biótica* ao falar de avanços biológicos; o anarquista, a palavra *individuação* para denotar avanços sociais. Se formos além de Read, observaremos que, tanto para o ecologista quanto para o anarquista, uma unidade cada vez maior é alcançada por meio de uma crescente diferenciação. Um todo em expansão é criado pela diversificação e enriquecimento das partes.

Assim como o ecologista busca ampliar o alcance de um ecossistema e promover uma interação livre entre as espécies, o anarquista busca ampliar o alcance da experiência social e remover todas as amarras ao seu desenvolvimento. O anarquismo não é apenas uma sociedade sem Estado, mas também uma sociedade harmonizada que expõe o homem aos estímulos proporcionados tanto pela vida agrária quanto pela vida urbana, à atividade física e à atividade mental, à sensualidade não reprimida e à espiritualidade autoguiada, à solidariedade comunitária e ao desenvolvimento individual, à singularidade regional e à fraternidade mundial, à espontaneidade e à autodisciplina, à eliminação do trabalho pesado e à promoção do artesanato. Em nossa sociedade esquizoide, esses objetivos são considerados dualidades mutuamente exclusivas, fortemente opostas. Elas aparecem como dualidades por causa da própria logística da sociedade contemporânea – a separação entre campo e cidade, a especialização do trabalho, a atomização do ser humano – e seria absurdo acreditar que essas dualidades poderiam ser resolvidas sem uma ideia geral da estrutura física de uma sociedade anarquista. Podemos ter uma ideia de como seria essa sociedade ao ler *News from Nowhere*, de William Morris, e os escritos de Piotr Kropotkin. Mas esses são apenas vislumbres. Eles não levam em consideração o desenvolvimento da tecnologia pós-Segunda Guerra Mundial e as contribuições feitas pelo desenvolvimento da Ecologia. Este não é o lugar para embarcar em uma escrita “utópica”, mas certas diretrizes podem ser apresentadas mesmo em uma discussão geral. E ao apresentar essas diretrizes, estou ansioso para enfatizar não apenas os pressupostos ecológicos mais óbvios que as sustentam, mas também os humanistas.

Uma sociedade anarquista deve ser uma sociedade descentralizada, não apenas para estabelecer uma base duradoura para a harmonização entre o homem e a natureza, mas também para adicionar novas dimensões à harmonização entre os seres humanos. Muitas vezes nos lembram que os antigos gregos ficariam horrorizados com uma cidade cujo tamanho e população impedissem uma relação face a face, frequentemente familiar, entre os cidadãos. Hoje, é evidente a necessidade de reduzir as dimensões da comunidade humana – em parte para resolver nossos problemas de poluição e transporte, e

também para criar comunidades reais. Em certo sentido, devemos humanizar a humanidade. Dispositivos eletrônicos, como telefones, telégrafos, rádios, televisores e computadores, devem ser usados o mínimo possível para mediar as relações entre as pessoas. Ao tomar decisões coletivas – e a *ecclesia* ateniense antiga foi, de certa forma, um modelo para a tomada de decisões sociais durante o período clássico – todos os membros da comunidade devem ter a oportunidade de avaliar plenamente qualquer um que se dirija à assembleia. Eles devem estar em uma posição de absorver suas atitudes, estudar suas expressões e avaliar seus motivos, bem como suas ideias, em um encontro pessoal direto, através de um debate completo e discussão face a face.

Nossas pequenas comunidades devem ser economicamente equilibradas e bem estruturadas, em parte para que possam utilizar plenamente os recursos locais de matéria-prima e energia, e também para ampliar os estímulos agrícolas e industriais aos quais os indivíduos são expostos. O membro de uma comunidade que tem uma predileção por engenharia, por exemplo, deve ser incentivado a sujar as mãos na terra; o pensador deve ser estimulado a usar sua musculatura; o agricultor “inato” deve se familiarizar com o funcionamento de uma laminadora de aço. Separar o engenheiro do solo, o pensador da pá e o agricultor da planta industrial pode promover um grau de superespecialização vocacional que leva a um perigoso nível de controle social por especialistas. Igualmente importante, essa especialização profissional e vocacional impediria a sociedade de alcançar um objetivo essencial: a humanização da natureza pelo técnico e a naturalização da sociedade pelo biólogo. A interação desses papéis, ao contrário da separação, permitiria uma sociedade mais integrada e equilibrada, em que as diferentes esferas de conhecimento e prática se enriqueceriam mutuamente.

Proponho que uma comunidade anarquista se aproximaria de um ecossistema claramente definido – seria diversificada, equilibrada e harmoniosa. É discutível se tal ecossistema assumiria a configuração de uma entidade urbana com um centro distinto, como encontramos na pólis grega ou na comuna medieval, ou se, como propõe Gutkind, a sociedade consistiria em comunidades amplamente dispersas, sem um centro definido. Em

qualquer dos casos, a escala ecológica para essas comunidades seria o menor bioma capaz de sustentar uma população de tamanho moderado.

Uma comunidade relativamente autossuficiente, visivelmente dependente de seu ambiente para os meios de subsistência, ganharia um novo respeito pelas inter-relações orgânicas que a sustentam. A longo prazo, a tentativa de se aproximar da autossuficiência provaria ser, creio eu, mais eficiente do que o sistema prevalente de divisão nacional do trabalho. Embora certamente houvesse muitas duplicações de pequenas instalações industriais de comunidade para comunidade, a familiaridade de cada grupo com seu ambiente local e suas raízes ecológicas resultaria em um uso mais inteligente e mais afetuoso de seu ambiente. Afirmo que, longe de produzir provincialismo, a autossuficiência relativa criaria uma matriz para o desenvolvimento individual e comunitário – uma unidade com o entorno que vitalizaria a comunidade.

A rotação de responsabilidades cívicas, vocacionais e profissionais estimularia todos os sentidos no ser do indivíduo, ampliando novas dimensões no autodesenvolvimento. Em uma sociedade completa, poderíamos novamente ter esperança de criar homens completos; em uma sociedade integrada, homens integrados. No mundo ocidental, os atenienses, com todas as suas limitações, foram os primeiros a nos dar uma noção dessa completude. “A pólis foi feita para o amador”, nos diz Kitto. “Seu ideal era que todo cidadão (mais ou menos, conforme a pólis fosse democrática ou oligárquica) desempenhasse seu papel em todas as suas muitas atividades – um ideal que descende claramente da generosa concepção homérica de *arête* como uma excelência multifacetada e uma atividade abrangente. Isso implica um respeito pela totalidade ou unidade da vida e, conseqüentemente, uma aversão à especialização. Implica um desprezo pela eficiência – ou, melhor dizendo, um ideal muito mais elevado de eficiência; uma eficiência que existe não em um único departamento da vida, mas na vida como um todo”<sup>4</sup>. Uma sociedade anarquista, embora certamente aspirasse a mais, dificilmente poderia esperar alcançar menos do que esse estado de espírito.

---

<sup>4</sup> H.D.F. Kitto, *The Greeks* (Chicago: Aldine, 1964), p. 161.

Se a integração dos princípios ecológicos e anarquistas for alcançada na prática, a vida social produziria um desenvolvimento sensível da diversidade humana e natural, formando uma unidade equilibrada e harmoniosa. Desde a comunidade, passando pela região, até continentes inteiros, veríamos uma diferenciação colorida de grupos humanos e ecossistemas, cada um desenvolvendo suas potencialidades únicas e expondo os membros da comunidade a um amplo espectro de estímulos econômicos, culturais e comportamentais. Em nosso campo de visão estariam formas comunais variadas e empolgantes – aqui marcadas por adaptações arquitetônicas e industriais a biomas semiáridos, ali a pastagens, e em outros lugares, a áreas florestadas. Testemunharíamos uma dinâmica interação entre indivíduo e grupo, comunidade e ambiente, humanidade e natureza. Livres de rotinas opressivas, de repressões e inseguranças paralisantes, dos fardos do trabalho forçado e das necessidades artificiais, das amarras da autoridade e das compulsões irracionais, os indivíduos estariam finalmente em posição, pela primeira vez na história, de realizar plenamente suas potencialidades como membros da comunidade humana e do mundo natural.

Nova Iorque, fevereiro de 1965.